

MARAJÓ, PALCO DE DISPUTA: ANÁLISE DO ENCONTRO CHOQUE ENTRE ECOLOGIA DO CAPITAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA MARAJORA.

Nome: Josiane dos Anjos Guedes¹

Nome: Kelly Pompeu Pereira²

Nome: Soleane Ferreira Inajosa³

Nome: Eunápio Dutra do Carmo⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a ecologização do capital e como essas ações interferem no modo de vida das comunidades ribeirinhas da Amazonia marajoara. E contribuir diretamente para o debate das questões climáticas que afligem determinados grupos sociais. Na metodologia deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo e observação simples. Para melhor entender sobre a temática ecologização do capital e violações de modos de existência, utilizamos como embasamento teórico os textos dos autores Monerat (2021) e Nascimento (2020). Compreender como a ecologização do capital interfere no modo de vida das comunidades ribeirinhas foi fundamental

¹ Discente do Curso de Bacharel em Serviço Social vinculada ao Campus Universitário do Marajó Breves, da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Rede Comunidades Ribeirinhas. E-mail: guedes031329@gmail.com

² Discente do Curso de Bacharel em Serviço Social vinculada ao Campus Universitário do Marajó Breves, da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Rede Comunidades Ribeirinhas. E-mail: Kellyppereira1107@gmail.com

³ Discente do Curso de Bacharel em Serviço Social vinculada ao Campus Universitário do Marajó Breves, da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Rede Comunidades Ribeirinhas. E-mail: soleaneferreira83@gmail.com

⁴ Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da UFPA- Campus do Marajó-Breves e Coordenador de Pós-graduação e Pesquisa do mesmo campus. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (NAEA-UFPA). Integrante do Grupo pesquisa GETTAM (Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados na Amazônia). Coordenador do Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas (PRCR). E-mail: eunapiodocarmo@gmail.com

para alcançar resultados significativos como a organização de futuras oficinas que discutam essas temáticas e principalmente para demarcar a resistência das comunidades tradicionais e dar visibilidade a quem (r)existe e realmente mantem a floresta de pé.

Palavras-chave: Comunidades Ribeirinhas; Marajó; Ecologização do Capital.

Abstract: The present work aims to analyze the greening of capital and how these actions interfere in the way of life of riverside communities in the marajoara Amazon. And contribute directly to the debate on climate issues that affect certain social groups. In the methodology of this work, bibliographical research, field research and simple observation were carried out. To better understand the topic of greening capital and violations of modes of existence, we used the texts by authors Monerat (2021) and Nascimento (2020) as a theoretical basis. Understanding how the greening of capital interfares with the way of life of Riverside communities was fundamental to achieving significant results, such as the organization of future workshops that discuss these topics and mainly to demarcate the resistence of tradicional communities and give visibility to thosebwho resist and actually maintain the forest standing.

Keyword: Riverside Communities; Marajó, Exologization of Capital.

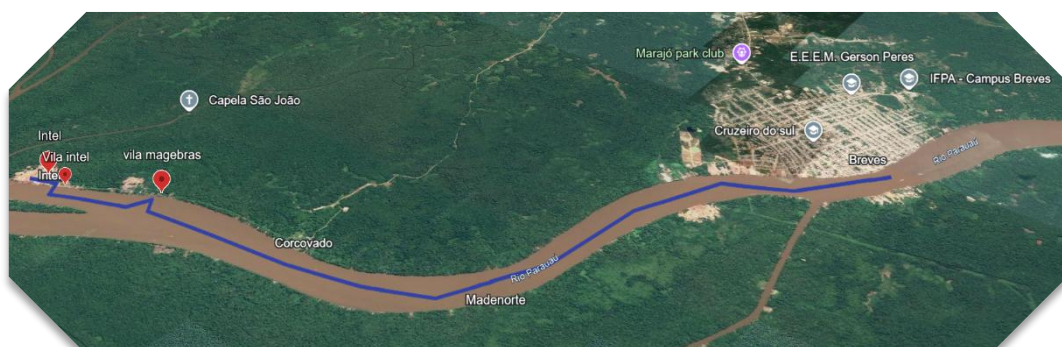
1 INTRODUÇÃO

Em tempos de desmonte ambiental surge a necessidade de trazer o debate relacionado aos povos e comunidades tradicionais aliados a natureza na qual preservaram durante milênios de anos, e em meio aos ataques seguem resguardando a manutenção da fauna e da flora, no entanto frente a essas ações o capitalismo

desenfreado segue garantindo formas de desestruturação ambiental que expropriam a natureza e desencadeiam as desigualdades sociais que afetam determinados grupos sociais menos favorecidos pela burguesia.

Focalizamos nosso debate na Amazônia marajoara, mais precisamente no município de Breves/PA, a entrada no campo se deu via atividades extensionistas promovidas pelo Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas (PRCR)⁵, cuja atuação conta com a participação dos autores desta comunicação, onde pesquisamos as comunidades ribeirinhas das vilas Magebrás, Intel I e Intel II localizadas próximo ao município de Breves no rio Parauaú.

Vilas Magebrás, Intel I e Intel II:



FONTE: Google Earth, 2015.

As questões climáticas têm levantado inúmeros debates relacionados as crises ambientais na contemporaneidade, e em contrapartida o Estado capitalista sinaliza maneiras de conter a crise ambiental a exemplo a ecologização do capital. De acordo com Monerat (2021) a ecologia do capital, se dá pelo próprio movimento do capital, haja vista, que para a circulação de commodities é necessário a utilização de recursos naturais, no entanto essa retirada de recursos da natureza e de forma exacerbada o que intensifica as catástrofes ambientais, considerando ao passo que são retiradas é despejado sedimentos impróprios que degradam o ecossistema. A discursão sobre ecologização do capital não está separada da dimensão social, pois, existem conflitos com as comunidades tradicionais, que são as principais vítimas dessas ações, o que será abordado ao longo deste trabalho. Contudo as comunidades tradicionais seguem resistindo.

A prática do cuidado e da preservação da floresta desenvolvida pelos nativos há milênios de anos, vem sendo repassada de geração em geração para as comunidades tradicionais que hoje são reconhecidas pelas Organizações das

Nações Unidas (ONU), como Guardiões da Floresta (ONU, 2021), e se perpetuam pela resistência. Desde a invasão colonial e seus sistemas de expropriação do território brasileiro e dos povos que nele habitavam instaurou-se uma corrida desenfreada pela propriedade da terra que por sua vez gerava lucros, o que interessava a grande burguesia, estimulando o aparecimento acentuando das expressões da questão social e das desigualdades. Os grandes megaempreendimentos que extrapolam as necessidades humanas, com o discurso do “desenvolvimento” garantem uma economia que destrói o meio ambiente e segrega os sujeitos que dependem da floresta de pé, principalmente em áreas de reservas ambientais onde comunidades tradicionais são diariamente desafiadas pelo grande capital, no entanto resistem pela relação de pertencimento com a floresta. A acumulação do capital com a atualização do neofascismo, neoliberalismo e necropolíticas corroboram para disseminação dos povos e comunidades tradicionais em específico as comunidades ribeirinhas da Amazônia marajoara, visto que esses sujeitos vivem em territórios marcados pela pobreza que, historicamente, atinge a região. A ecologização do capital e a economia verde são ações do sistema capitalista representado pelas grandes corporações e grupos econômicos para manter a concentração de renda e de poder. E que o Estado neoliberal adota, mantendo o mercado e a exploração. Garantindo que os grandes empreendimentos continuem explorando o meio ambiente e ameaçando a qualidade de vida dos seres humanos. Essas ações do grande capital não introduzem de fato o desenvolvimento sustentável, pelo contrário, o uso exacerbado de recursos naturais e desproteção do meio ambiental se revelam nas enchentes, queimadas e secas, em territórios de vulnerabilidade social como das periferias e de comunidades tradicionais.

Deste modo, foram desenvolvidos procedimentos metodológicos com abordagem qualitativa, adotando a pesquisa bibliográfica e de campo como eixo estruturantes, bem como a utilização de observação de campo e grupo focal para a coleta de dados. Ressaltamos que as análises aqui apresentadas são parciais, haja vista que o PRCR vem alinhando reflexões sobre os impactos das múltiplas crises no Marajó (econômica, social e ambiental), em especial, verificar como a organização social de comunidades ribeirinhas tem reagido no contexto de adversidades.

2- AMAZÔNIA MARAJOARA E ESTADO NEOLIBERAL

A Amazônia marajoara está localizada no arquipélago do Marajó, estado do Pará, região Norte do país, situada na foz do rio Amazonas e habitada por povos e comunidades tradicionais chamados de ribeirinhos, que resistem e resistiram por muito tempo a todo processo de exploração de seu território, lutando para manter a floresta em pé e resistindo ao processo colonizador.

Pelo histórico de exploração e expropriação é possível percebermos grandes marcas deixadas pelo colonialismo, como a extrema desigualdade social que se perpassa na região marajoara e que se perdura até os dias atuais na Amazônia marajoara a qual continua sendo palco de exploração do sistema capitalista, com a falsa discussão de que essas ações trarão “desenvolvimento”.

Os estudos sobre racismo e injustiça ambiental se debruçam na correlação entre os campos ambiental e étnico racial a fim de analisar os custos do chamado “desenvolvimento” sobre populações em contexto de vulnerabilidade social, chamando atenção também para o componente racial que essas lutas assumem. A grande maioria das construções e empreendimento do setor público e privado se instalam em áreas onde vivem populações racial e etnicamente identificadas como indígenas e quilombolas, sendo estas as que sofrem as consequências dos danos ambientais e sociais que trazem os empreendimentos à realidade desses grupos (NASCIMENTO, 2020, p.02).

Dentre as populações atingidas também estão as comunidades ribeirinhas especificamente as da Amazônia marajoara. Diante do exposto outro traço que é perceptível também é a ação e consequência do capitalismo, em face ao estado neoliberal na Amazônia marajoara, que é uma abordagem política e econômica que ganhou destaque nas últimas décadas do século XX. O Estado Neoliberal defende o empreendedorismo, a privatização, terceirização e austeridade fiscal bem como o garimpo ilegal e explora a força de trabalho, pois ele é um braço do sistema capitalista que favorece a burguesia e que implementa políticas públicas e sociais racistas e coloniais.

No neoliberalismo os benefícios não são distribuídos de forma equitativa, ou seja, durante as políticas neoliberais, observou-se um crescimento das disparidades de renda, onde os mais ricos se beneficiaram mais, enquanto os mais pobres enfrentaram dificuldades crescentes movimento que atinge diretamente a Amazônia marajoara em especial as comunidades ribeirinhas.

O neoliberalismo influenciou profundamente as políticas públicas, incluindo as relacionadas à Amazônia onde podemos observar a privatização de setores como mineração, energia e infraestrutura. Empresas privadas passaram a explorar recursos naturais, sem considerar os impactos ambientais e sociais.

Segundo Trindade (2022) a desregulação econômica, fiscal e ambiental do Brasil torna a Amazônia um centro de exploração expansivo, sendo que a capacidade extrativista neoliberal lesa e degrada a natureza até chegar no limite da exaustão natural. Atingindo assim os povos e comunidades tradicionais que residem nessas áreas e sofrem com os impactos negativos, aumentando então a desigualdade social.

Com tudo, diante de muitas críticas e pela crise ambiental e social que enfrentamos hoje, o sistema capitalista passou a se utilizar de estratégias para camuflar sua dinâmica predadora, e uma dessas estratégias é a chamada “ecologização do capital” que é um conceito que se refere à forma como o sistema capitalista lida com os obstáculos ambientais que surgem de sua própria dinâmica expansiva. A ecologização do capital revela as contradições inerentes ao sistema, pois a busca por lucro muitas vezes entra em conflito com a preservação ambiental. A mercadorização da natureza e a exploração sustentável coexistem, mas nem sempre de maneira harmoniosa.

Sendo assim, a ecologização capitalista não significa o estabelecimento de relações ambientalmente sustentáveis, mas tão somente a superação das barreiras ao valor, o que leva o capital a combinar contraditoriamente formas destrutivas e sustentáveis de superação dos obstáculos à valorização (MONERAT, 2021, p.15).

Ou seja, o capitalismo busca incessantemente valorizar o capital e qualquer obstáculo a essa valorização é considerado uma barreira e a ecologização surge como uma resposta a essas barreiras, mas seu objetivo central não é a sustentabilidade ambiental em si. Portanto a ecologização do capital pode ser vista como uma “máscara” para o desenvolvimento sustentável.

3- O NOVO DISCURSO HEGEMÔNICO DO CAPITALISMO VERDE: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Packer (2024), aborda de forma crítica o conceito de capitalismo verde. A ideia promovida por grandes empresas e instituições financeiras buscam resolver os problemas ambientais, mas, segundo Packer, elas na verdade visam potencializar o

lucro desses investidores, concentrando as posses de terras e recursos naturais nas mãos do capital, e acaba prejudicando o acesso das populações mais vulneráveis, levando à privatização de recursos comuns e à exclusão da maioria da população do acesso a esses bens essenciais, como terra e água, que anteriormente eram acessíveis a todos. Com isso surge o conceito de “colonialismo verde” com a justificativa da sustentabilidade esse conceito traz consigo uma crítica as práticas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, do “olhar econômico verde.

Diante desse contexto surge então a ideia de ecologização do capital que diz respeito ao esforço da integração das ações ambientais nas práticas econômicas, sem que haja prejuízo ao sistema capitalista. Onde os problemas ambientais sejam abordados como oportunidades de mercado, com a ideia da criação de soluções sustentáveis que são apresentadas dentro da lógica de lucro e da inovação tecnológica.

Segundo SIMIÃO (2014), fala da forma de como o capitalismo cria seus discursos de sustentabilidade, moldando as práticas da sustentabilidade para os interesses capitalistas, operando instrumentos de manutenção e preservação, elitizando o marketing para os interesses econômicos e políticos. Além de sustentar a lógica da exploração de recursos naturais e a desigualdade social, onde essas ações transformam as leis ambientais em produtos que podem ser comprados e vendidos no mercado, reforçando a lógica do lucro no interesse da preservação ambiental.

De modo geral, a visão de um futuro em que o capitalismo seja a solução se contradiz quando se ver as grandes perdas ambientais, o consumo excessivo e a intensa exploração da natureza. Portanto é necessário se ter um olhar atento a ilusão de uma proteção ambiental e social que não faz jus aos seus preceitos de preservação.

Numa sociedade que é capturada pela ideologia do capital o território é visto como uma fonte de lucros e atualmente a Amazonia assim como o Marajó vem “desfrutando” de muito destaque na mídia nacional e mundial, seja pela grande diversidade da natureza e suas culturas ou na violação de direitos humanos e ambientais. Como no resto da região norte, a Amazônia marajoara não está isenta das explorações das grandes indústrias capitalistas, da doutrina econômica e dos impactos ambientais. Atualmente os povos tradicionais marajoaras são compostos por quilombolas e ribeirinhos que estão sujeitos ao racismo e injustiça ambiental, decorrente de casos e descasos que ignoram a cultura e o modo de viver desses povos, colocando em risco a suas existências.

O Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas (PRCR), em parcerias com outros programas como Programa Direitos Humanos, Infância e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM) e Programa Memórias de Idosos, Saberes e Direitos (PROMEI) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). O PRCR realiza atividades extensionistas atuando com as comunidades ribeirinhas do Marajó, e tem como propósito apoiar esses atores que resistem ao processo de exploração e a desigualdade social que demarcam a região, para que estes possam incrementar suas formas de organização com base na reivindicação integral de seus direitos, através da mobilização social ativa. Onde são realizadas reuniões, roda de conversa, escuta sensível além da troca de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário de desmonte ambiental, é fundamental reconhecer a resistência dos povos e comunidades tradicionais, como os ribeirinhos da Amazônia marajoara, que preservaram a relação com a natureza ao longo dos séculos. A exploração capitalista, embora disfarçada por discursos de desenvolvimento e ecologização, continua a aprofundar desigualdades sociais e a degradar os ecossistemas vitais. O fenômeno da ecologização do capital se revela, na verdade, uma tentativa de integrar práticas superficiais que, em última análise, não solucionam a urgência da crise ambiental, mas sim perpetuam a lógica predatória do sistema.

A análise crítica do capitalismo verde demonstra que as promessas de um desenvolvimento sustentável muitas vezes ocultam a realidade da mercadorização da natureza e a concentração de riqueza nas mãos de poucos. As comunidades tradicionais, ao resistirem bravamente a esse contexto, nos ensinam que a luta pela preservação ambiental e pela justiça social deve ser uma prioridade, reconhecendo seus saberes e práticas como essenciais para a construção de um futuro sustentável.

É imperativo que as iniciativas de preservação e desenvolvimento respeitem as culturas locais e a autonomia dos povos, promovendo uma verdadeira inclusão social. A transformação que buscamos exige uma reflexão profunda sobre as bases do sistema econômico atual e suas interações com a natureza, apontando para a necessidade de um modelo que não apenas minimize impactos, mas que respeite e valorize a vida em todas suas formas. Portanto, o fortalecimento das vozes das comunidades ribeirinhas e a promoção de políticas públicas que garantam seus direitos são passos cruciais na luta pela justiça ambiental e social.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. Entrevista: Larissa Packer analisa capitalismo verde, agronegócio e crise ambiental. **Da Página do MST**, 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/04/24/entrevista-larissa-packer-analisa-capitalismo-verde-agronegocio-e-crise-ambiental/>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 28 set. 2024.

BRITO, Sabrina. ONU: povos indígenas são os melhores guardiões das florestas. **Página Veja**. Atualizado em 25 mar, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/onu-povos-indigenas-sao-os-melhores-guardioes-de-florestas/mobile>. Acesso em: 04 out. 2024.

CARMO, E. D. do; CARMO, Éder D. do. A força da palavra dos vulnerabilizados pela desigualdade social: Paulo Freire e comunidades ribeirinhas no Marajó: Paulo Freire e comunidades ribeirinhas no Marajó. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 16, p. 1–14, 2021. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.16.16641.053. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16641>. Acesso em: 28 set. 2024.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. Marajó. In: GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. Belém: **UFPA**, 2016. p. 107-198. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/faculdade-de-venda-nova-do-imigrante/abordagens-de-ensino-e-pesquisa-de-historia-e-praticas-inovadoras/160623-livro-funcao-socioambiental-cap05/74943871>. Acesso em: 03 de outubro de 2024.

MAIA, Mateus. Lula diz que não se pode aceitar um “neocolonialismo verde”. **Poder360**, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/lula-diz-que-nao-se-pode-aceitar-um-neocolonialismo-verde/>. Acesso em: 12 set. 2024

MONERAT, Julio Cesar Pereira. A crise ambiental e a ecologização do capital em uma leitura marxista: valor, renda e crise. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 15, n. n.esp, p. 1–20, 2022. DOI: 10.20396/cemarx.v15in.esp.15946. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15946>. Acesso em: 1 out. 2024.

NASCIMENTO, Maycom. Violações de modos de existência, racismo e (in)justiça ambiental na Amazônia marajoara. **Conexões Amazônicas**, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/conexoesamazonicas/justica-ambiental-na-amazonia-marajoara/>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, Michele Lins Aracaty et al. **Vulnerabilidade social, fome e pobreza nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil**. DOI: DOI-COD, 2023. ISBN 10.37885/200700618.

SIMIÃO, Luciana Do Nascimento. O "NOVO" DISCURSO HEGEMÔNICO DA (IN) SUSTENTABILIDADE DO CAPITALISMO: uma análise crítica. Natal, RN: **UFRN**, 2014.

SINIMBÚ, Fabíola. Empresas de crédito de carbono são denunciadas por grilagem no Pará: Segundo a Defensoria, elas atuam em áreas de comunidades tradicionais. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/empresas-de-credito-de-carbono-sao-denunciadas-por-grilagem-no-para>. Acesso em: 12 set. 2024.

TRINDADE, José Raimundo. Neoliberalismo e financeirização da Amazônia. **A Terra é Redonda**, 12 de setembro de 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-e-financeirizacao-da-amazonia/>. Acesso em: 28 de setembro de 2024.